



# Município de Pinhão

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

**DECRETO N.º 423/2021**

**DATA: 19/11/2021**

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PINHÃO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e;

Considerando o Decreto Municipal n.º 378, de 06 de outubro de 2021, que instituiu os Protocolos Sanitários de Biossegurança para combate à pandemia do coronavírus;

Considerando o Decreto Municipal n.º 392, de 19 de outubro de 2021, que instituiu como critério técnico para aplicação de medidas restritivas de combate à pandemia do coronavírus, o sistema de bandeiramento, calculado a partir da pontuação obtida na matriz de risco;

Considerando que a Saúde é um direito social (art. 6º da CF/1988), e direito de todos (as) e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art. 196 da CF/1988);

Considerando que constitui direito básico do (a) consumidor (a) a proteção da vida, saúde e segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos, sujeitando o (a) fornecedor (a) de produtos ou serviços que violar a norma às penalidades previstas na legislação consumerista (inciso I, do art. 60 da Lei Federal nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor);

Os Pareceres Técnicos divulgados pela Secretaria Municipal de Saúde de Pinhão, demonstrando a evolução do cenário epidemiológico do enfrentamento da COVID-19 em neste Município, e os dados epidemiológicos divulgados amplamente pela Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Paraná e do Ministério da Saúde;

Constitui crime, sancionado de acordo com o art. 329 do Código Penal, opor-se a execução de ato legal, mediante violência ou ameaça contra funcionário (a) competente para executá-lo ou a quem esteja prestando auxílio;

Constitui crime, sancionado de acordo com o art. 330 do Código Penal, desobedecer à ordem legal de Funcionário Público;

Considerando o Decreto n.º 7899 de 14 de junho de 2021, do Governo do Estado do Paraná, que reconheceu estado de calamidade pública, no Estado do Paraná, até o dia 31 (trinta e um) de dezembro de 2021;



## **Decreta:**

**Art. 1º** Fica decretado, a partir das 00:00 horas de 20 (vinte) de novembro de 2021 (dois mil e vinte e um), o bandeiramento VERDE no Município de Pinhão, utilizando-se como base a pontuação obtida na matriz de risco da Secretaria Municipal de Saúde.

**Art. 2º.** Ficam autorizados a funcionar, os seguintes serviços e atividades elencados no Anexo do Decreto Municipal n.º 392, de 19 de outubro de 2021, **enquanto perdurar o bandeiramento verde**, desde que respeitados cumulativamente aos Protocolos Sanitários de Biossegurança:

**§ 1º Os serviços e atividades dos Tipos 2 e 3 (Baixo risco);**

**I** - as atividades elencadas neste parágrafo deverão atender com **lotação máxima de 80% (oitenta por cento) da capacidade do local;**

**II** - as atividades elencadas neste parágrafo deverão atender completamente os Protocolos Sanitários de Biossegurança em seus espaços comuns para a prestação de seus serviços;

**III** - a organização de algum evento deverá adotar práticas para a não ocorrência de aglomerações no início/intervalo/término do evento.

**Parágrafo Único:** o não atendimento de qualquer um dos incisos do presente parágrafo acarretará o imediato embargo (cancelamento) do evento;

**§ 2º Os serviços e atividades dos Tipos 4, 6, 7, 8 e 10 (Médio risco);**

**I** - as atividades elencadas neste parágrafo deverão atender com **lotação máxima de 75% (setenta e cinco por cento) da capacidade do local;**

**II** - as atividades elencadas neste parágrafo deverão atender completamente os Protocolos Sanitários de Biossegurança em seus espaços comuns para a prestação e/ou realização de seus serviços;

**III** - pistas de danças ou atividades correlatas poderão funcionar, desde que em área delimitada, sendo obrigatório o uso de máscaras, sendo proibido o consumo de bebidas e alimentos no espaço destinado para dançar;

**IV** - a organização de algum evento deverá adotar práticas para a não ocorrência de aglomerações no início/intervalo/término do evento.

**Parágrafo Único:** o não atendimento de qualquer um dos incisos do presente parágrafo acarretará o imediato embargo (cancelamento) do evento;

**§ 3º Os serviços e atividades dos Tipos 5, 9 e 11;**

**I** - as atividades elencadas neste parágrafo deverão atender com **lotação máxima de 65% (sessenta e cinco por cento) da capacidade do local;**



# Município de Pinhão

ESTADO DO PARANÁ  
CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28

**II** - as atividades elencadas neste parágrafo deverão atender completamente os Protocolos Sanitários de Biossegurança em seus espaços comuns para a prestação e/ou realização de seus serviços;

**III** - pistas de danças ou atividades correlatas poderão funcionar, desde que em área delimitada, sendo obrigatório o uso de máscaras, sendo proibido o consumo de bebidas e alimentos no espaço destinado para dançar;

**IV** - a organização de algum evento deverá adotar práticas para a não ocorrência de aglomerações no início/intervalo/término do evento.

**Parágrafo Único:** o não atendimento de qualquer um dos incisos do presente parágrafo acarretará o imediato embargo (cancelamento) do evento;

**Art. 4º.** As medidas previstas no presente Decreto serão reavaliadas pela equipe técnica no prazo máximo de 10 (dez) dias, podendo ser ratificadas ou retificadas, diante o cenário e dados epidemiológicos do Município;

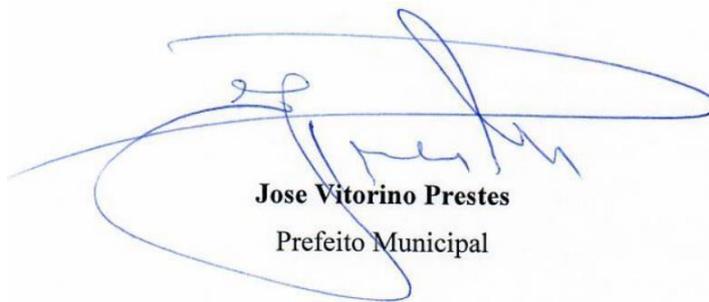
**Art. 5º.** Permanece proibida a distribuição, a comercialização ou o consumo de bebidas alcoólicas em espaços públicos (praças, parques e demais equipamentos públicos) ou vias públicas;

**Art. 6º.** Fica revogado o toque de recolher no Município de Pinhão, e, conseqüentemente, todas as atividades e/ou serviços não possuem restrições de horários para funcionamento/realização, permanecendo assim inalteradas as demais medidas sanitárias vigentes.

**Art. 7º.** O descumprimento das normas do presente Decreto sujeitará o infrator, tanto pessoa física quanto jurídica, às sanções administrativas descritas no Decreto n.º 378, de 06 de outubro de 2021.

**Art. 8º.** Este Decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário, com efeitos a partir das 00:00 horas de 20 (vinte) de novembro de 2021 (dois mil e vinte e um).

Gabinete do Prefeito do Município de Pinhão,  
Estado do Paraná, em 19 de novembro de 2021.



**Jose Vitorino Prestes**  
Prefeito Municipal